



OS BATISMOS DE ESCRAVOS NA COLÔNIA DO SACRAMENTO (1732-1759):

NOTAS DE PESQUISA

Fábio Kühn¹

Introdução

A comunicação pretende apresentar os resultados preliminares de um projeto de pesquisa que busca avaliar o envolvimento da comunidade mercantil atuante na Colônia do Sacramento com o tráfico ilícito de escravos.² Para tanto, estamos utilizando, entre outras fontes, os registros paroquiais de batismos de cativos, que permitem estudar as hierarquias sociais presentes no povoado platino. No período compreendido entre 1732 e 1759 dispomos de 1971 registros de batismo, dos quais 842 referem-se à população escrava de origem africana. Inicialmente, os registros de batismos nos trazem dados que permitem a identificação nominal dos proprietários de escravos da referida localidade, possibilitando uma estimativa do seu número e do padrão de posse, assim como nos revelam quem são aqueles envolvidos na aquisição de escravos adultos. Estas fontes permitem ainda uma aproximação ao perfil da comunidade escrava existente na Colônia do Sacramento, possibilitando aferir as taxas de legitimidade da população cativa e seus respectivos arranjos familiares, além de visualizar as principais regiões de procedência dos cativos sacramentinos. Do conjunto de batismos de escravos, um número muito significativo (aproximadamente 25%) refere-se aos africanos adultos que foram batizados na praça, que na sua grande maioria eram originários da Costa da Mina. Essa alta presença de cativos adultos nas fontes batismais parece ser um índice seguro da presença do tráfico negreiro na região, o que ajuda a explicar porque os dados demográficos disponíveis mostram que quase metade dos habitantes da Colônia do Sacramento eram escravos em 1760, sem que houvesse uma ocupação econômica viável para tantos trabalhadores cativos. Assim, a quantidade de escravos que chegava na praça platina via

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Doutor em História Social (UFF).

² Trata-se do projeto de pesquisa intitulado *Os homens de negócio da Colônia do Sacramento e o contrabando de escravos para o rio da Prata (1737-1777)*, financiado pelo CNPq através da Chamada MCTI /CNPq /MEC/CAPES N.º 07/2011.



tráfico negreiro não pode ser explicada simplesmente devido à demanda local, devendo apontar principalmente para a existência do contrabando com os territórios espanhóis.

O contingente escravo na Colônia do Sacramento.

A rigor, as fontes disponíveis nos revelam a presença escrava de maneira bastante precária, consistindo no mais das vezes em números esparsos nos informes dos governadores e alguns raros “mapas de população”, elaborados a partir dos levantamentos paroquiais feitos por ocasião da Quaresma, os denominados *róis de desobriga* ou *róis de confessados*.³ Infelizmente não dispomos de nenhum rol para a Colônia, mas temos evidências claras de que os dados fornecidos pelos administradores coloniais eram obtidos nesses documentos. No *Mapa Geral de tudo o que esta Praça da Nova Colônia do Sacramento tem*, realizado em 1722, o governador Vasconcelos apresentava ao final o número total de fogos e classificava a população nas seguintes categorias: homens, mulheres, meninas, meninos, índios, índias, escravos e escravas.⁴ Categorias que devem ter sido extraídas dos róis, que traziam a listagem da população por fogos, mas discriminados conforme sua condição social. Em 1730, o mesmo governador informava que os números que apresentava eram obtidos a partir dos dados de um “rol da quaresma”. Três décadas mais tarde, em, 1760, outro governador enviava a Lisboa um *Mapa do Povo que em si contem a Praça da Colônia de idade de sete anos para cima*. Sabemos também que os róis somente registravam os fregueses com mais de sete anos, considerada a “idade da razão” pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*,

³ Qualquer reflexão acerca dos censos populacionais da fase *proto-estatística* deve levar em conta, em primeiro lugar, que as fontes das quais os historiadores retiram seus dados não foram feitas com a finalidade de fornecer informações demográficas precisas, pois não era essa a preocupação dos seus realizadores. Ver, nesse sentido, LARA, Sílvia. *Fragments Setecentistas – Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 126-131.

⁴ Conforme observou PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento – O extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002, p. 220: “A fonte, entretanto, é confusa pela sobreposição de categorias”. De fato, depois de arrolar os habitantes nas categorias acima descritas, o *Mapa* apresenta dados referentes a categorias “ocupacionais”, trazendo o número de lavradores, mercadores, oficiais mecânicos, etc.



quando estavam aptos para o sacramento da confissão.⁵ Portanto, fica claro que nossas informações tem origem eclesiástica, sendo os róis a fonte principal dos dados apresentados pelos governadores.

Ao final do *Mapa Geral* de 1722 consta que a povoação tinha um total de 235 fogos, onde moravam 1388 habitantes, além da guarnição militar. Cabe deixar bem claro que a fonte não apresenta uma totalização, somente os números parciais para as categorias acima referidas. Os escravos de ambos os sexos eram apenas 294 e compunham somente 16,4% da população, isso se considerados inclusos na população livre os membros dos regimentos de infantaria, cavalaria e artilharia e a incipiente estrutura administrativa local, o que faz a população total ascender a 1791 moradores efetivos. Quatro anos mais tarde, o governador Vasconcelos novamente informava à Coroa sobre o território que ele administrava, notando que a população cativa já alcançava 387 pessoas. Outra vez, em 1730, o mesmo governador explicava a El Rey que a povoação prosperava significativamente, tendo naquele ano 329 fogos, embora não informasse o total de habitantes. Uma estimativa feita a partir do número de fogos indica que a população civil poderia alcançar cerca de dois mil indivíduos.⁶ Somente a população escrava era discriminada, apontando para um intenso crescimento do contingentes cativo, que totalizavam 687 indivíduos, ou cerca de 35% da população total estimada (ver tabela 1). Ou seja, em apenas oito anos (1722-1730), o número de escravos mais do que dobrou na praça, naquilo que foi, sem dúvida, o movimento de arranque inicial do tráfico negreiro para a Colônia do Sacramento, com a população escrava crescendo a uma quase inacreditável taxa anual de 11,2%.

Tabela 1 – População da Colônia do Sacramento (1722-1760)⁷

⁵ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. São Paulo, Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. No Livro 1º, Título 36, § 139, consta que “por preceito da Santa Igreja Católica, todo o fiel cristão, assim homem, como mulher, tanto que chegar aos anos de discrição, que regularmente são os sete anos, e antes deles, tanto que tiver malícia e capacidade para pecar, é obrigado, sob pena de pecado mortal, a se confessar inteiramente, ao menos uma vez cada ano ao seu próprio pároco”.

⁶ Para esta estimativa, consideramos uma média de 6 moradores por fogo. Esta média verifica-se no *Mapa Geral* de 1722 e também no rol de confessados de Viamão de 1756.

⁷ Fontes: 1722: AHU-CS, caixa 1, doc. 86 (24.10.1722); 1726: AHU-CS, caixa 2, doc. 165 (13.05.1726); 1730: AHU-CS, caixa 2, doc. 220 (05.04.1730); 1735: SILVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Lisboa:, 1748. O autor refere a existência de 327 casas; 1742: Carta do governador Antônio Pedro de Vasconcelos ao Rei (20.08.1742), citada em MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, vol. 1, p. 345; 1760: AHU-CS, caixa 6, doc. 513: *Mapa do Povo que em si contem*



Ano	Livres	Escravos	Fogos	Total
1722	1497	294	235	1791
1726		387		n/c
1730	<i>1287</i>	687	329	<i>1974</i>
1735			327	2600
1742				1956
1760	1742	1575		3317

O prolongado cerco de vinte e dois meses traria impactos sensíveis na população sacramentina, que decresceria nos anos pós-1737, resultado do abandono da praça por parte de alguns dos moradores e seus escravos, que retornaram ao Rio de Janeiro ou tornaram-se os primeiros povoadores do Rio Grande de São Pedro.⁸ Mas a década de 1750 acabaria por reverter esse quadro de declínio temporário. A nova conjuntura de aproximação entre as monarquias ibéricas terminaria possibilitando que a Colônia retomasse seu crescimento populacional, mas também contribuiu para que o perfil demográfico da praça fosse substancialmente alterado, o que significou o aumento ainda mais expressivo dos contingentes africanos. Os dados disponíveis mostram que 47,5% dos habitantes da Colônia eram escravos em 1760, sem que houvesse uma ocupação econômica viável para tantos trabalhadores cativos, dado o riogroso bloqueio espanhol e a perda do entorno agrícola. Os cativos somavam 1575 indivíduos (941 homens e 634 mulheres), que apresentavam uma razão de sexo (148) relativamente equilibrada. O aspecto mais notável é que a população escrava novamente havia mais do que duplicado em relação ao ano de 1730, crescendo porém a uma taxa mais modesta de 2,8% anuais.⁹ Mesmo assim, depois de duas décadas recebendo

a Praça da Colônia de idade de sete anos para cima (14.04.1760) e Mapa de toda a tropa que em si contém a praça da Colônia (12.04.1760). Obs.: Os números em itálico são estimativas, realizadas a partir do número total de fogos.

⁸ Ver QUEIROZ, Maria Luiza B. *A Vila do Rio Grande (1737-1822)*. Rio Grande: Editora da Furg, 1987, p. 58.

⁹ Apesar do crescimento ser bem menos intenso do que na década de 1720, uma taxa de quase 3% anuais representa uma dinâmica demográfica muito rápida, resultante em boa parte da importação de escravos via tráfico negreiro. Um fenômeno semelhante seria observado em Porto Alegre, onde a população escrava cresceu à taxa exorbitante de 4,9% anuais no período 1780-1802, sendo que “o tráfico de cativos foi um mecanismo fundamental no processo de povoamento e crescimento” do referido núcleo urbano. Ver GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômica-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2012, p. 28-29.



os influxos do tráfico negreiro, a praça da Colônia apresentava uma elevada população cativa, comparável a regiões que também estavam diretamente envolvidas no comércio de almas. Em Salvador, o censo de 1775 contou 41,7% de negros e mulatos escravos na população total. Na cidade do Rio de Janeiro, um censo feito em 1789 indicou que 43,4% eram escravos. A proporção de cativos na Colônia do Sacramento somente era superada na capitania das Minas Gerais, onde em 1766 a população escrava alcançava extraordinários 61,6%.¹⁰

Um entreposto negreiro: os batismos de escravos (1732-1759)

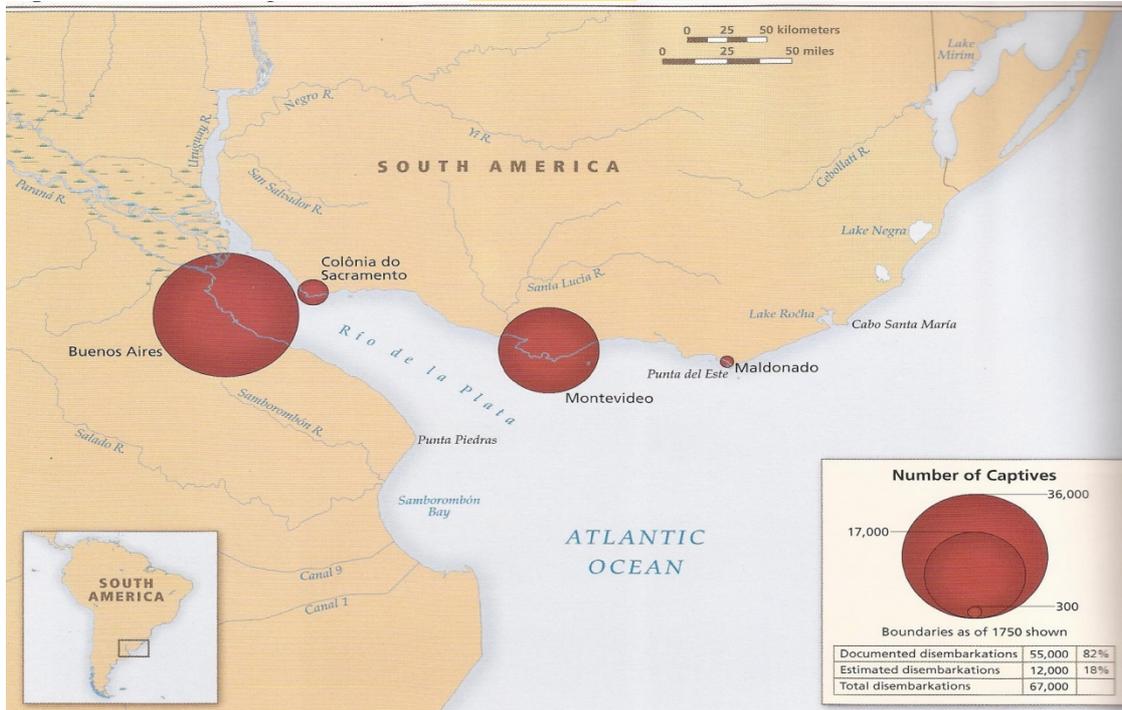
Enquanto esteve nas mãos dos portugueses, a Colônia do Sacramento sempre foi um importante entreposto mercantil, caracterizado pelo denominado “contrabando inter-imperial”, que implicava o envolvimento de súditos de ambas as Coroas ibéricas.¹¹ Um dos ramos mais lucrativos desse contrabando envolvia a introdução de cativos africanos trazidos pelos luso-brasileiros, que eram revendidos para Buenos Aires, em troca da prata espanhola. Colônia recebeu alguns desembarques de negreiros vindos diretamente da África, mas a maior parte dos escravos contrabandeados vinham através do Rio de Janeiro (e minoritariamente da Bahia). Estimativas recentes tem reconhecido o papel da Colônia no trato negreiro, embora continuem subestimando o seu papel no tráfico ilícito de escravos praticado no Rio da Prata (ver mapa 1).¹²

Mapa 1: Desembarque de escravos no Rio da Prata, 1620-1835

¹⁰ LARA, Sílvia. *Op. Cit.* p. 127 e MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711-c.1756*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012, p. 233

¹¹ Para a definição do termo, ver KLOOSTER, Wim. “Inter-imperial smuggling in the Americas, 1600-1800” in: (ed.) BAILYN, Bernard & DENAULT, Patricia. *Soundings in Atlantic History*. Cambridge and London: Harvard University Press, 2009, p. 141-180.

¹² Eltis e Richardson reconhecem, no entanto, que “no século XVIII, a presença portuguesa na Colônia do Sacramento facilitou um tráfico de escravos intra-americano com o Brasil (não incluso nas estimativas aqui apresentadas)”. *Op. Cit.* p. 262.



Fonte: ELTIS, David & RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & London: Yale University Press, 2010, p. 262.

Neste artigo, trabalhamos com os dados relativos ao período 1732-1759, correspondente ao auge do trato negreiro na praça, embora a intenção seja abranger a totalidade de registros em um segundo momento.¹³ Inicialmente, cabe observar que na conjuntura mencionada temos um grande crescimento da população cativa. De fato, no período abordado, 842 registros referem-se a escravos, tanto inocentes, quanto adultos (ver gráfico 1). Ou seja, 42,7% do total de assentos batismais são de cativos, o que mostra o peso do contingente de origem africana na formação da população

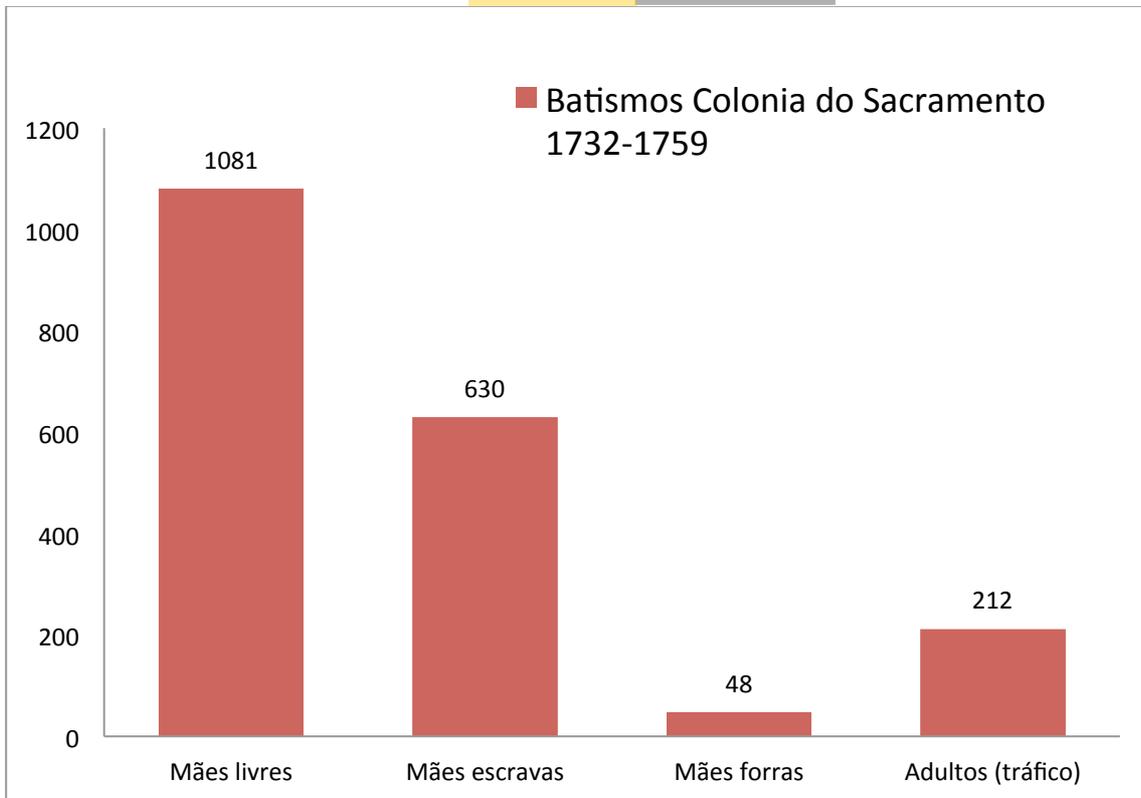
¹³ A documentação paroquial referente aos escravos contempla séries relativamente completas de registros de batismos, casamentos e óbitos. No caso dos batismos, aqui tratados, os primeiros registros são referentes ao ano de 1732, muito embora não fossem ainda registrados em livro próprio, mas sim em um livro misto, que contém também casamentos e óbitos de pessoas de todas as condições sociais (escravos, forros, índios e livres). A partir de 1735 os assentos de escravos passaram a ser feitos em livro exclusivo para os batismos, sendo a parte inicial dele reservada aos livres, ao passo que escravos, libertos e indígenas foram registrados na parte final do referido livro. Estes registros vão até 1747, quando então finalmente os cativos passaram a ter um livro próprio, que abrange até o ano de 1774. Nesse livro ainda constam alguns registros de forros e índios, mas estes últimos praticamente desaparecem a partir da década de 1760, em função das disposições da legislação pombalina. Findo este livro, os batismos de escravos são novamente anotados em um livro misto que segue até 1777, quando a povoação foi entregue aos castelhanos.



sacramentina. Outro aspecto que assoma é a grande quantidade de registros de africanos adultos, equivalente a 25% do total de registros de escravos, indicando o impacto do tráfico negreiro no entreposto platino. Números semelhantes são encontrados nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro estudadas por Mariza Soares, onde os percentuais de adultos batizados na década de 1750 eram semelhantes àqueles encontrados na Colônia do Sacramento. Muito embora os números absolutos de escravos adultos batizados na Colônia do Sacramento sejam relativamente baixos, mesmo em proporção à população total da localidade, é importante frisar que estamos aqui nos referindo somente àqueles cativos que *não* recebiam o sacramento nos seus portos de embarque, na sua grande maioria procedentes da Costa da Mina. Estes escravos vindos da África Ocidental eram embarcados ainda “pagãos”, ao passo que os provenientes da região congo-angolana viriam já batizados, portanto não constariam, na sua esmagadora maioria, dos registros batismais feitos ao chegarem no Brasil.¹⁴

Gráfico 1: Distribuição dos batismos conforme condição social (1732-1759)

¹⁴ SOARES, Mariza. *Os devotos da cor – Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 301-303. Os números de adultos batizados apresentados pela autora são os seguintes: freguesia da Sé, 24%; freguesia da Candelária, 25%, freguesia de São José, 21% e freguesia de Santa Rita, 31%. Conforme a autora (p.111ss), nos assentos de batismos de escravos adultos da cidade do Rio de Janeiro a grande maioria dos batizando era de origem mina, pois os cativos oriundos da região congo-angolana já viriam batizados dos seus portos de embarque.



Fonte:ACMRJ. Livros de batismos da Colônia do Sacramento.

Se compararmos as séries de batismos de escravos inocentes e adultos (ver gráfico 2), percebemos algumas tendências gerais no crescimento demográfico dos cativos sacramentinos. Em primeiro lugar, no que se refere aos cativos nascido na Colônia, cabe observar que o número de registros anuais praticamente duplica entre o início e o final do período, lembrando que no início da década de 1730 a tendência de crescimento era bastante perceptível, tendo sido interrompida devido aos efeitos adversos do grande cerco de 1735-1737, que certamente deve ter comprometido a continuidade normal do tráfico, além de afetar a capacidade reprodutiva da população escrava. Com o fim do cerco foi retomada a tendência já apontada, com suaves flutuações ao longo da década de 1740. Além do tráfico indireto via Rio de Janeiro, nos anos de 1748 e 1749 quatro navios desembarcaram diretamente da África 1654 escravos na Colônia do Sacramento.¹⁵ Estes

¹⁵ Conforme Klein, teriam sido desembarcados na Colônia do Sacramento 1569 escravos, vindos em quatro embarcações. Entre 1723 e 1771, 203.904 cativos foram exportados para o Brasil, desde Luanda. KLEIN, Herbert. "The Portuguese Slave Trade from Angola in the eighteenth century" in: *The Journal of Economic History*, vol. 32, nº 4, 1972, p. 901. Utilizamos, no entanto, os dados mais atualizados disponíveis em PRADO, Fabrício P. *In the Shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de La Plata (c. 1750-c.1813)*. Tese de doutorado, Atlanta: Emory University, 2009, p. 73 e 75. Para detalhes, ver *Slave Trade Database*: www.slavevoyages.org.



desembarques tiveram perceptível efeito, pois foi a partir da década de 1750 que os batismos de cativos passaram a aumentar expressivamente, passando de cerca de vinte para mais de cinquenta registros anuais. Como decorrência da conjuntura posterior à celebração do Tratado de Madri e consequente início das atividades demarcatórias, aumentou o movimento de embarcações e o trânsito de pessoas na região, cabendo à Colônia o papel de entreposto negreiro visando o abastecimento dos territórios castelhanos. Os batismos de inocentes seguem em alta até 1762, quando a praça foi novamente atacada e parcialmente desocupada.

Quanto aos batismos de adultos, a curva mostra claramente dois picos, um registrado no ano de 1745 e outro no início da década de 1750. Na fase final do governo de Antônio Pedro de Vasconcelos, especialmente após o término do *Asiento* britânico (1739), o tráfico negreiro para a Colônia foi novamente dinamizado. Para tentar explicar o pico ocorrido em 1745, quando foram batizados vinte e oito adultos em um único ano, talvez seja importante notar que quando governou interinamente a praça, não por acaso o brigadeiro José da Silva Pais procurou aumentar a arrecadação da Fazenda Real e instituiu uma “contribuição” de sete mil e quinhentos réis por cada escravo adquirido na praça pelos espanhóis. Isso reflete a pujança que o negócio negreiro havia adquirido na praça: no final do ano de 1745, tal taxa havia arrecadado o expressivo montante de 3:262\$500 réis, o que equivalia à transação de 435 cativos para os domínios espanhóis.¹⁶

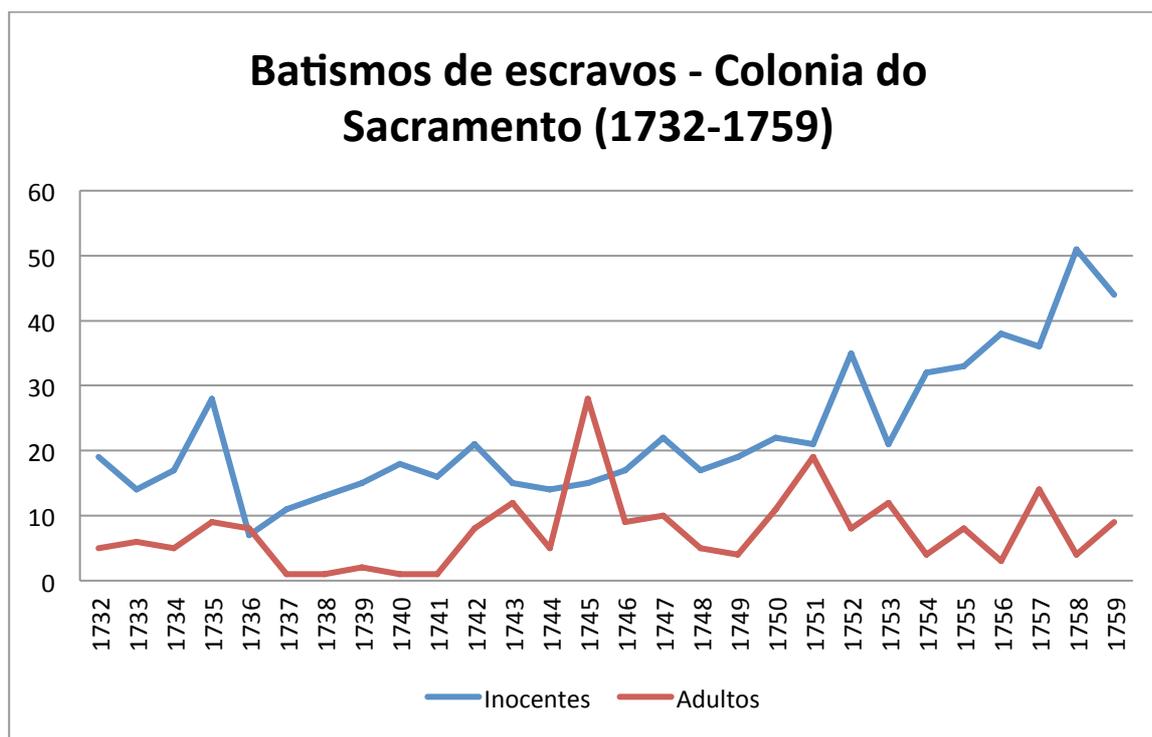
Durante os anos 1750, coincidentes com a administração do brigadeiro Luiz Garcia de Bivar, o contrabando de escravos persistiu com vigor, apesar de que esse profícuo comércio procurasse ser restringido no âmbito das negociações decorrentes do Tratado de Limites. Esse foi o objetivo do alvará de 14 de outubro de 1751, que determinou a exclusão dos luso-brasileiros das colônias espanholas, mas na prática resultou somente na transição entre o contrabando feito

¹⁶ PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio Grande: Editora da Furg/Edições FCC, 1988, p. 106. No entanto, em 1746, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos, após reassumir o governo depois de uma licença para tratamento de saúde, solicitou ao Conselho Ultramarino o fim da taxa, argumentando que ela havia sido criada sem licença régia, sendo assim ilegal. Ele também referiu as desvantagens que os comerciantes sacramentinos sofriam quando vendiam os escravos e tinham que negociar os preços com seus pares de Buenos Aires. O pedido do governador não foi em vão, tendo ele obtido sucesso na sua reivindicação, pois a taxa foi revogada. AHU-CS. Caixa 4, doc. 409. Carta do governador Antônio Pedro de Vasconcelos ao rei D. João V. Colônia do Sacramento, 18.06.1746.



diretamente de Angola para um comércio indireto nominalmente legal feito pelo Rio de Janeiro para a Colônia do Sacramento nos anos 1750.¹⁷

Gráfico 2: Batismos de escravos inocentes e adultos (1732-1759)



Fonte: ACMRJ. Livros de batismos da Colônia do Sacramento.

¹⁷ MILLER, Joseph. *Way of Death – Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988, p. 485. Esta movimentação de embarcações envolvidas no comércio ilícito de escravos chegou a gerar preocupação com a difusão de epidemias, como se depreende da resolução tomada em 1755 pelo governador Luiz Garcia de Bivar, onde ele ordenava que para “evitar os danos, que resultam à saúde deste povo, ocasionados com os males contagiosos” que “introduziram-se com a chegada das embarcações, vindas de portos de barra fora, com gente [e] escravatura de comércio”, os oficiais da Alfândega fossem inspecionar as embarcações que entravam no porto e levassem consigo o cirurgião José Moreira, que deveria passar uma certidão atestando a inexistência de enfermidades nos tripulantes e demais passageiros dos navios. ANRJ. Cód. 94, vol. 5. Ordem do governador Luiz Garcia de Bivar. Colônia do Sacramento, 1º de setembro de 1755.



Os proprietários de escravos.

Na falta dos inventários *post-mortem* e róis de confessados (ou listas nominativas) que permitam a reconstituição da estrutura de posse de escravos na Colônia do Sacramento, vamos utilizar os registros de batismos para efetuar uma aproximação possível, um recurso metodológico inevitável nessa altura da investigação. Inicialmente, eliminamos aqueles registros onde não constavam os nomes dos donos dos cativos, o que nos levou ao total de 428 proprietários, dos quais a grande maioria (273 ou 63,8%) compareceu somente uma vez na pia batismal trazendo escravos (ver tabela 2). Na faixa de 2 a 4 registros temos outros 122 proprietários (28,5%).¹⁸ Fica claro que na praça platina prevalecia a pequena posse de cativos, o que não é de se estranhar, considerando o perfil das atividades econômicas realizadas pelos escravos (trabalhos domésticos, agricultura de subsistência, estiva e marinhagem). Não existem grandes propriedades de terra na Colônia, a fronteira controversa não o permite, aqui não temos *plantations* ou engenhos, mas sim um ativo entreposto comercial. Na comparação com a vila do Rio Grande, criada mais de meio século mais tarde do que a Colônia, fica evidente que no caso da povoação platina, além de um número muito mais expressivo de proprietários, havia uma maior incidência de donos de somente um escravo ou que pelo menos compareceram somente uma vez à pia batismal, possivelmente em função da sua transitoriedade, lembrando que tratamos de uma praça mercantil, caracterizada pelo vaivém de pessoas e mercadorias.

O elevado número de proprietários deve-se ao fato de estarmos abrangendo quase três décadas, sendo que o número efetivo de donos de escravos em um dado ano era certamente muito menor. No final de 1749 foi realizado um levantamento de proprietários de escravos na Colônia, sendo que os nomes arrolados chegam a um total de 121 proprietários, que deveriam se revezar para enviar seus

¹⁸ Segundo Fragoso, “o número de batismos por senhor, ao longo do período considerado, daria uma estimativa do tamanho do plantel do dito senhor”. Nas freguesias rurais setecentistas do Rio de Janeiro estudadas pelo autor, “a menor faixa de cativos (menos de três registros) concentra sempre mais de 2/3 dos proprietários (...) Em contrapartida, nas faixas superiores a 20 cativos estavam mais de 10% da população escrava e podiam corresponder a menos de 1% dos proprietários”. FRAGOSO, João. “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)” in: Fragoso, João & Gouvea, Maria de Fátima (org.). *Na Trama das Redes – Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, 2010, p. 260 e 292.



cativos na obtenção de lenha para o abastecimento da praça.¹⁹ Não há como saber se constam todos os donos de cativos residentes na praça, mas estão listados muitos dos principais oficiais militares e negociantes então atuantes, além de um número expressivo de viúvas. Na falta dos róis de confessados, nunca saberemos com exatidão quantos proprietários existiam, mas essa cifra é compatível com aquelas verificadas em outras áreas do sul da América portuguesa, pois em Porto Alegre, por exemplo, no ano de 1779 existiam 134 fogos escravistas, com uma média de cerca de 4 escravos por proprietário.²⁰

Tabela 2: Identificação dos senhores de escravos a partir dos registros batismais

Nº de registros	Colônia (1732-1759)		Rio Grande (1750-1763)	
	+10	3	0,7%	1
8 a 10	8	1,9%	5	3,6%
5 a 7	22	5,1%	10	7,2%
2 a 4	122	28,5%	53	38,1%
1	273	63,8%	70	50,4%
Total	428	100%	139	100%

Fontes: ACMRJ. Registros de batismos de escravos e QUEIROZ, 1987, p. 99.

Na parte superior da hierarquia social, somente três indivíduos batizaram quase 5% do total dos cativos. Ao que tudo indica, a elite mercantil era quem possuía o maior número de escravos na praça, diferentemente das regiões da América portuguesa onde prevalecia a grande propriedade e os senhores de terras eram, na sua maioria, os grandes escravistas. Em Sacramento, homens como o tenente Diogo Gonçalves Lima, o capitão Manuel Pereira Franco e o alferes João Correia de Moraes aparecem como detentores de plantéis consideráveis (para os padrões locais), batizando respectivamente 18, 12 e 11 cativos. Em comum, todos eram homens de negócio, oficiais de

¹⁹ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, vol. II, 1937, p. 136-139.

²⁰ GOMES, Luciano C.. *Op. Cit.* p. 86 e 87.



ordenanças e eram casados na praça com mulheres oriundas de famílias de lavradores e militares estabelecidas há pelos menos uma geração.²¹

A família escrava: o lugar da ilegitimidade.

O exame dos registros de batismos de escravos permite lançar alguma luz sobre os arranjos familiares dos escravos da Colônia, mostrando que a família sacramentada era a exceção, sendo a regra a ausência do pai ou seu registro como incógnito. Cabe notar que chama a atenção inicialmente a baixa legitimidade das crianças escravas nascidas na praça. De fato, considerado o período 1732-1759, temos números bastante reduzidos, mesmo levando em conta todas as dificuldades que os cativos tinham para se casar perante a Igreja. Dos 630 inocentes nascidos na Colônia, somente 46 eram filhos legítimos, que perfaziam apenas 7,3% do total de registros computados. As paróquias urbanas normalmente não apresentavam taxas muito elevadas de legitimidade da população escrava, ao contrário das freguesias rurais, mas os números são mesmo assim muito baixos, talvez compreensíveis se pensarmos que a ilegitimidade dos cativos poderia estar associada diretamente ao tráfico negreiro.²² No caso da capitania do Rio Grande de São Pedro, estudos recentes tem mostrado resultados divergentes, conforme a natureza da freguesia estudada (ver tabela 3). Assim, na paróquia de Viamão, que compreendia um amplo distrito rural caracterizado pela atividade pecuária, a taxa de legitimidade chegou a 63,1% no período 1747-1759. Na freguesia de Rio Pardo, também caracterizada pela atividade criatória, mas onde havia também uma praça mercantil, a taxa de legitimidade alcançou 30,9% na segunda metade do século XVIII, ao passo que na freguesia de Porto Alegre, que sediava um núcleo administrativo e uma praça mercantil, ela alcançava apenas 23% entre 1772 e 1800, ainda assim um percentual que era mais do que o triplo da Colônia do Sacramento.²³ Não deve nos surpreender que o acesso ao casamento

²¹ Para maiores detalhes acerca dos homens de negócio sacramentinos, ver KÜHN, Fábio. “Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)” *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42.

²² Conforme Faria, a localização geográfica seria uma variável importante para entender a frequência de nascimentos de crianças legítimas. a proximidade de portos recebedores de africanos e a presença de bispados acessíveis teriam sido fatores que diminuiriam as taxas de legitimidade dos cativos. FÁRIA, Sheila. *A Colônia em Movimento – Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 323-325.

²³ BLANCO, Márcio. *Pelas Veredas da Senzala – Família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c.1740-c.1760)*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2012, p. 99; PETIZ, Silmei S.



sacramentado tenha sido realmente pouco expressivo na paróquia platina, pois entre 1727 e 1775 casaram-se na Igreja somente 57 casais onde ao menos um dos cônjuges era escravo. Quando um dos nubentes não era cativo (em geral o homem), ele invariavelmente era pardo ou preto forro.²⁴

Tabela 3: Legitimidade de escravos em paróquias do sul da América Portuguesa

Paróquia	Período	Ilegítimos	Legítimos	Total registros
<i>Colônia</i>	1732-1759	92,7%	7,3%	630
<i>Viamão</i>	1747-1759	36,9%	63,1%	141
<i>Rio Pardo</i>	1755-1809	69,1%	30,9%	1269
<i>Porto Alegre</i>	1772-1800	77%	23%	1045

Fontes: ACMRJ; BLANCO, 2012, p. 99; PETIZ, 2009, p. 167; GOMES, 2012, p. 192.

Procedência das mães escravas.

Sabemos que nem sempre as denominações dos registros de batismo correspondem aos locais de origem dos escravos; no mais das vezes faziam referência simplesmente aos portos de embarque, daí que seja utilizada pela historiografia a noção de “grupos de procedência”.²⁵ De toda forma, estas referências nos indicam minimamente de onde são originárias as mulheres escravas que estão chegando na Colônia do Sacramento. Descontados os escravos adultos, que serão analisados em separado, partimos de um total de 630 assentos de batismos, que deixaram evidente o predomínio

Caminhos Cruzados: Famílias e estratégias escravas a Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). São Leopoldo: PPG-História/UNISINOS, 2009, p. 167 e GOMES, Luciano. *Op. Cit.* p. 192-193.

²⁴ Para os registros de casamentos de escravos da Colônia, ver BARROS, Dalmiro da Motta Buys de. *Colônia do Sacramento – Batizados, casamentos e óbitos (1690-1777)*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2012, Vol. I, p. 99-171 e vol. II, p. 9-32.

²⁵ Para o conceito de “grupos de procedência”, ver SOARES, Mariza. *Op. Cit.* p. 115. A autora pretende demonstrar que a organização dos escravos africanos em grupos étnicos não guarda uma relação direta com os critérios de pertencimento existentes na África; ver também BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006, p. 71-73.



das mães provenientes da África Central Atlântica, que totalizavam 272 registros, onde ficava claro o predomínio de mulheres angolanas, que perfaziam mais de 30% do total de mães que batizaram filhos na paróquia platina (ver tabela 4). Em segundo lugar, vinham as escravas oriundas da África Ocidental, com amplo predomínio da região da Costa da Mina. No total, as mães africanas alcançavam quase 70% do total de registros. Mas nem todas as mulheres cativas tinham enfrentado a travessia do Atlântico, pois na sequência, pois as mães crioulas (aqui incluídas também as mulatas e pardas) aparecem em 100 assentos. Em 91 casos não havia nenhuma indicação de origem e em 41 registros as mães constavam simplesmente como “pretas”, as quais consideramos que possam ser na sua maioria de origem africana.²⁶ A denominação “preta escrava” era utilizada quase que exclusivamente na época em que o padre Manuel Rodovalho estava à frente da paróquia, mas a partir de 1741, quando assumiu o padre João de Almeida Cardoso, aumentou consideravelmente a precisão e diversificação dos assentos batismais de escravos, com a indicação mais detalhada das suas procedências, talvez como um reflexo do fluxo crescente de africanos que passou a chegar na Colônia.

Tabela 4 – Procedência/denominação das mães escravas da Colônia (1732-1759)

Procedência	Nº registros	%
África Ocidental	126	20,00
Cabo Verde	8	1,27
Gentio da Guiné	2	0,32
Mina	115	18,25
São Tomé	1	0,16
África Central Atlântica	272	43,17

²⁶ Para uma discussão acerca da etnicidade e classificação social no Brasil colonial, ver LIBBY, Douglas Cole & FRANK, Zephyr. “Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810” in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 29, nº 58, p. 383-415, 2009. Segundo os autores, nos registros “há referências ocasionais aos ‘pretos’ ou às ‘pretas’, termos genéricos significando africanos(as) que parece ter sido empregado quando não se sabia nada sobre suas etnias ou origens”.



Ambaca	1	0,16
Angola	190	30,16
Banguela	49	7,77
Congo	14	2,22
Ganguela	8	1,27
Massangana	3	0,48
Monjola	6	0,95
Moxiconga	1	0,16
Crioulas	100	15,87
Crioulas	60	9,52
Mulatas	27	4,29
Pardas	13	2,06
Pretas (africanas)	41	6,51
N/C	91	14,45
TOTAL	630	100

Fonte: ACMRJ. Livros de batismos de escravos.

Os batismos de adultos.

Uma das informações que mais se destaca na análise dos registros de batismos da Colônia é a grande presença de escravos adultos nos assentos paroquiais.²⁷ Neste sentido, a comparação dos batismos de adultos da Colônia com os de freguesias sul-riograndenses (Rio Grande, Rio Pardo e

²⁷ Essa elevada presença de escravos adultos deve sempre ser colocada em perspectiva, especialmente em relação àquelas regiões da América Portuguesa que estavam ainda mais fortemente vinculadas ao tráfico negreiro. Assim, por exemplo, no caso da Vila do Carmo, em Minas Gerais, onde entre 1715 e 1750 foram registrados 1631 escravos adultos, correspondentes a 48,9% do total de assentos. Ou no caso da freguesia da Sé de Salvador, onde somente entre 1734 e 1742 foram batizados 938 homens e mulheres africanos. Ver, respectivamente, MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. "O apadrinhamento de africanos em Minas colonial: o (re)encontro na América (Mariana, 1715-1750)" in: *Afro-Ásia*, nº 36, 2007, p. 39-80 e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "Instruído na fé, batizado em pé: batismo de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742" in: *Afro-Ásia*, nº 39, 2010, p. 79-113.



Porto Alegre) é esclarecedora. Colônia do Sacramento superava proporcionalmente os números encontrados naquelas paróquias (ver tabela 5). Percebe-se que, excetuando Rio Grande, que por ser um porto marítimo e praça mercantil – ainda que incipiente – nas principais povoações do Continente do Rio Grande a presença de africanos comparecendo à pia batismal é bastante reduzida. Isso não quer dizer necessariamente que os fluxos do tráfico atlântico não chegassem àquelas localidades sul-riograndenses, mas sim aponta para o papel de destaque que comércio de almas havia adquirido no Rio da Prata. Recordando sempre que avaliar o peso do tráfico através dos batismos de adultos pode ser enganoso, já que apenas uma mínima fração dos africanos era batizada na chegada aos portos brasileiros.

Tabela 5 – Batismos de adultos em pároquias do sul da América Portuguesa

Paróquia	Período	Nº registros	Nº adultos	% adultos
<i>Colônia</i>	1732-1759	842	212	25,2
<i>Rio Grande</i>	1737-1749	100	13	13,0
<i>Rio Pardo</i>	1755-1809	1342	71	5,3
<i>Porto Alegre</i>	1772-1800	1120	75	6,7

Fontes: ACMRJ; QUEIROZ, 1987, p. 70; PETIZ, 2009, p. 115; GOMES, 2012, p. 191.

Quando se observa as regiões de procedência dos africanos que foram batizados adultos na Colônia, aparecem diferenças sensíveis em relação ao batismo de inocentes. O predomínio de africanos da Costa da Mina é notável, pois dos 212 assentos analisados, em 180 (84,9%) os cativos batizados vinham daquela região.²⁸ Esse percentual é mais do que o dobro do encontrado nos batismos de adultos Mina em Porto Alegre no último quartel do século XVIII e aponta para a maior importância dos fluxos provenientes da África Ocidental na composição da escravaria

²⁸ Trabalhamos aqui com o número total de registros, que é inferior ao número total de escravos efetivamente batizados, pois em alguns assentos aparecem dois ou mais cativos.



sacramentina.²⁹ Resta dimensionar qual seria a participação aproximada dos cativos da Costa da Mina no tráfico para a Colônia, em comparação com os escravos oriundos da África Central Atlântica, que eram certamente muito mais numerosos. Sabemos, por exemplo, que na década de 1750, os cativos da Costa da Mina representavam somente 27% dos escravos importados pelo Brasil. Assim, consideramos que os batismos de adultos nos revelam apenas a “ponta do iceberg” do tráfico negreiro para a Colônia, que além destas poucas centenas de escravos oriundos da África Ocidental, certamente recebeu alguns milhares de cativos africanos provenientes da África Central Atlântica ao longo do período aqui considerado, sendo uma parte expressiva deles revendidos para os domínios espanhóis.³⁰

Conclusões

A análise dos batismos de escravos da Colônia do Sacramento, ainda que em uma etapa preliminar, permitiu perceber a grande difusão da posse de cativos entre seus moradores. Ademais, possibilitou verificar a baixíssima legitimidade dos escravos inocentes nascidos na praça, decorrência da restrita difusão do casamento sacramentado. Se a ilegitimidade pode realmente servir como um índice para avaliar a maior ou menor vinculação de uma determinada região ao tráfico negreiro, fica demonstrado que em Sacramento estes vínculos com o trato eram muito fortes. Outra pista neste sentido encontramos no elevado percentual de africanos adultos ali batizados, este sim um indicador mais seguro da participação da Colônia no comércio de almas sediado especialmente no Rio de Janeiro.

²⁹ Em Porto Alegre, quase 40% dos africanos adultos batizados eram minas, ver GOMES, *op. Cit.* p. 191. Para o tráfico com a Costa da Mina desde o Rio de Janeiro, ver SOARES, *op. Cit.* p. 73-85. Para a Bahia, ver VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002, p. 79-127.

³⁰ CURTIN, Philip. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969, p. 207. Ver também FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)” in: *Afro-Ásia*, nº 31, 2004, p. 83-126. A partir da década de 1720 as importações oriundas de Angola passam a superar as da Costa da Mina. Especificamente no Rio de Janeiro, entre 1731 e 1735, os escravos da Costa da Mina representavam menos de 1% do total de cativos africanos desembarcados naquele porto, ao passo que os escravos vindos de Angola e Benguela chegavam a quase 90%. CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista” in: (org.) FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 54.



Em uma fase seguinte, a investigação pretende ainda avançar em termos cronológicos, abrangendo o período 1760-1777, no qual se verificou a retração do tráfico negreiro para a região, a julgar pela diminuição abrupta dos batismos de adultos. Como nem todos os proprietários de escravos adultos os adquiriam para revender, percebeu-se que para uma compreensão mais exata dos agentes envolvidos no contrabando de escravos, será preciso incorporar novas séries documentais, em particular os óbitos de escravos, que trazem dados mais acurados no que respeita aos consignatários das remessas vindas do Rio de Janeiro, permitindo dessa forma reconstituir as redes mercantis que envolviam os negociantes sacramentinos e fluminenses.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Dalmiro da Motta Buys de. *Colônia do Sacramento – Batizados, casamentos e óbitos (1690-1777)*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2012.
- BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006.
- BLANCO, Márcio. *Pelas Veredas da Senzala – Família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c.1740-c.1760)*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2012.
- CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista” in: (org.) FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-77.
- CURTIN, Philip. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.
- ELTIS, David & RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & London: Yale University Press, 2010.
- FARIA, Sheila. *A Colônia em Movimento – Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)” in: *Afro-Ásia*, nº 31, 2004, p. 83-126.



FRAGOSO, João. “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)” in: Fragoso, João & Gouvea, Maria de Fátima (org.). *Na Trama das Redes – Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, 2010, p. 243-294.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômica-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2012.

KLEIN, Herbert. “The Portuguese Slave Trade from Angola in the eighteenth century” in: *The Journal of Economic History*, vol. 32, nº 4, p. 894-918, 1972.

KLOOSTER, Wim. “Inter-imperial smuggling in the Americas, 1600-1800” in: (ed.) BAILYN, Bernard & DENAULT, Patricia. *Soundings in Atlantic History*. Cambridge and London: Harvard University Press, 2009, p. 141-180.

KÜHN, Fábio. “Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)” *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42.

LARA, Sílvia. *Fragmentos Setecentistas – Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIBBY, Douglas Cole & FRANK, Zephyr. “Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810” in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 29, nº 58, p. 383-415.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. “O apadrinhamento de africanos em Minas colonial: o (re)encontro na América (Mariana, 1715-1750)” in: *Afro-Ásia*, nº 36, 2007, p. 39-80.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711-c.1756*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012.

MILLER, Joseph. *Way of Death – Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio Grande: Editora da Furg/Edições FCC, 1988.



PETIZ, Silmei S. *Caminhos Cruzados: Famílias e estratégias escravas a Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPG-História/UNISINOS, 2009.

PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento – O extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

_____. *In the Shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de La Plata (c. 1750-c.1813)*. Tese de doutorado, Atlanta: Emory University, 2009.

QUEIROZ, Maria Luiza B. *A Vila do Rio Grande (1737-1822)*. Rio Grande: Editora da Furg, 1987.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Instruído na fé, batizado em pé: batismo de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742” in: *Afro-Ásia*, nº 39, 2010, p. 79-113.

SOARES, Mariza. *Os devotos da cor – Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. São Paulo, Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.